

O CONFLITO INTERACIONAL E A EDUCAÇÃO LINGÜÍSTICA DO ÍNDIO

TEREZA MACHADO MAHER
PUCCAMP/CEL-UNICAMP

O Índio, enquanto ator político, é personagem recente na história do Brasil. É só com a eclosão do Movimento Indígena na década de 70 que ele, renegando o papel de agente quase que passivo do processo de invasão de suas terras e de destruição de sua cultura, transforma-se em agente ativo, mobilizador da consciência indígena na defesa de seus direitos (cf. Oliveira, 1988). Deflagrado o processo de auto-determinação política, não cabe mais aos diferentes segmentos da sociedade civil a função exclusiva de porta-vozes do Índio, pois este começa a falar por si mesmo. Surge, assim, somado aos papéis culturalmente tradicionais, a figura do representante, do diplomata indígena. Oriundos, na maior parte das vezes, do que se convencionou chamar de "jovem liderança", estes representantes têm a incumbência de fazer as reivindicações de suas comunidades junto às diferentes instituições da sociedade nacional. Os educadores preocupados com a questão do ensino de português como segunda língua para estes agentes Índios se deparam, então, com o desafio de pensar uma ação pedagógica que os ajude a ser bem sucedidos nestes eventos comunicativos. Tendo por cenário esta questão educacional, é meu objetivo, neste trabalho, evidenciar os modos como a pesquisa de base interacional pode contribuir para o ensino crítico de português oral em contexto indígena.

A priori não seria possível afirmar que exista algo intrinsecamente "ruim" em se ensinar a um Índio uma segunda, terceira ou quarta língua, qualquer que fosse ela, e isto passaria pelo ensino do português inclusive. Mesmo porque, é evidente que, num país pluriétnico, pluricultural e plurilíngue como o nosso, é preciso haver uma língua comum entre os povos que o compõem para o estabelecimento das relações interculturais necessárias. Nada gratuito, porém, é o fato de, dentre as cerca de 200 línguas faladas no Brasil hoje (cf. Rodrigues, 1988), o português, e não, digamos, o kaxinawá ou o guarani, ter se estabelecido como esta língua franca, e mais até, como a língua oficial, a língua nacional. Este seu *status*

se deve ao fato de o português ser a língua do colonizador, daquele que detém o poder nas tomadas de decisões no que, historicamente, passou a ser denominado território brasileiro, e que inclui as terras indígenas e seus habitantes. Se este não fosse o "dono" desta língua, sua aprendizagem seria uma opção. Teríamos, então, um caso de bilinguismo facultativo, sem dúvida uma ordem sociolingüística muito mais justa, o que, infelizmente, não condiz com a realidade dos falantes de línguas minoritárias, sobretudo os de línguas indígenas, no mundo (cf. Mey, 1985). Ao índio, hoje em situação de contato, não são dadas alternativas: cabe a ele aprender a língua do dominador e não vice-versa. Este bilinguismo compulsório contribui para a assimetria das relações branco/índio, assimetria esta, sabemos, também marcada sócio, política e economicamente. Assim, o ensino da língua dominante pode ser considerado como mais uma imposição dos colonizadores.

Mas, embora o ensino do português possa ser um fator contributivo para a manutenção da posição subalterna que o índio ocupa na sociedade nacional, ele pode ter, paradoxalmente, também uma função libertadora. López (1986: 14) afirma que a língua dominante é o instrumento através do qual o índio pode a) ter uma maior compreensão do funcionamento do estado e de suas leis, podendo, assim, aproveitar uma série de espaços que lhe eram negados; b) difundir suas manifestações culturais e ao fazê-lo, ironicamente, revalorizar-se e c) fazer suas reivindicações junto à sociedade envolvente.

Que tipo de ensino iria efetivamente ajudar o índio a ser bem sucedido em suas reivindicações, favorecendo esta função libertadora da língua dominante? Acredito que tal ensino deve ser feito de uma perspectiva crítica.

O ENSINO CRÍTICO DE LÍNGUAS E A ASSIMETRIA INTERACIONAL

Modernamente, muito se tem propagandeado o ensino crítico de línguas. Mas o que significa realizar um ensino desta natureza? Que tipo de ensino tem sido feito sob este rótulo? Algumas experiências relatadas e/ou testemunhadas me permitem hipotetizar que o que frequentemente se denomina "ensino crítico de línguas", corresponde, na verdade, à intervenções pedagógicas cujo foco de reflexão crítica está voltado para os mais diferentes fenômenos sociais, menos para a própria linguagem. A linguagem é ponte para se olhar criticamente o mundo. O ensino da língua propriamente dito, no entanto, continua a ser feito em moldes meramente descritivos. Quer dizer, faz-se um ensino crítico via linguagem, mas não da

linguagem. Exemplifico: numa aula de português que assisti, o professor, apregoando querer tornar seus alunos leitores críticos, levou-os a ler um texto sobre as últimas eleições. Após a leitura, o vocabulário e uma ou outra estrutura gramatical foram focos de análise. Em nenhum momento, entretanto, discutiu-se o caráter ideológico das escolhas lexicais e estruturais do autor. Em momento algum procurou-se determinar os diferentes efeitos de sentido que outras escolhas possíveis teriam provocado. Findas as explicações o texto foi colocado de lado e a classe, estimulada pelo professor, passou a discutir e avaliar a atuação dos diferentes partidos na vida política nacional. É evidente - não me interpretem mal - que discussões como esta em sala de aula são positivas e altamente desejáveis. Mas isto só não basta porque embora este tipo de atividade contribua para tornar o aprendiz um indivíduo crítico do mundo, ela não o torna, necessariamente, crítico dos usos da linguagem no mundo. Se é responsabilidade de todo professor contribuir para que o aluno seja crítico da realidade que o cerca isto implica, também e sobretudo, torná-lo crítico dos modos como cada objeto de estudo escolar afeta esta realidade. Assim como um professor de matemática deveria conscientizar seus alunos dos modos como, por exemplo, os resultados estatísticos são usados para manipular a opinião pública, o professor de línguas teria que, atento à especificidade de sua disciplina, trabalhar os recursos manipulatórios existentes na língua que ensina. Quando propomos, então, que o ensino de línguas se faça de uma perspectiva crítica queremos dizer que é tarefa do professor esclarecer a não-neutralidade da própria linguagem, através da explicitação do caráter social e político do seu uso. Isto porque, como afirmam Clark et. al. (1987), é preciso encorajar os alunos a ter uma posição crítica em relação ao uso das estruturas gramaticais, do léxico, dos gêneros e estilos discursivos, das variedades lingüísticas, para que eles, em vez de serem meramente moldados e assoberbados pelo ambiente discursivo que os cerca, tenham a possibilidade de intervir neste ambiente (cf., também, Fairclough, 1988)

E, retornando às preocupações iniciais deste trabalho, com qual ambiente discursivo os presentantes indígenas tendem a se deparar em suas interações de caráter reivindicatório como o branco, principalmente naquelas ocorridas em contexto institucional?

Segundo Loveday (1982) qualquer interação entre falantes nativos e não-nativos de uma língua determinada é sempre, por natureza, potencialmente assimétrica, devido ao *handicap* lingüístico destes últimos. O fato das interações institucionais previstas serem conduzidas em português, língua nativa do interlocutor branco, e não em língua indígena, já coloca o índio numa situação de desvantagem interacional. É verdade que este desequilíbrio interacional, ainda segundo Loveday, pode ser revertido

ou anulado, caso o falante não-nativo apresente um nível extremamente avançado de proficiência ou esteja claramente numa situação em que detenha maior poder. As probabilidades de que tal ocorra no contexto em questão, entretanto, são pequenas. Primeiro, porque estas interações tendem a ser conduzidas na variedade considerada padrão do português, variedade esta que muitos dos representantes indígenas não dominam. Segundo, porque a assimetria lingüística apenas espelha, como afirmei anteriormente, uma assimetria já existente em outros âmbitos: a relação do índio com a sociedade nacional é marcada pela desvantagem social, política e econômica indígena. Somando-se ao exposto, há que se considerar também que, nas situações interacionais de caráter reivindicatório, a parte reivindicante é sempre a mais frágil. Disto tudo decorre que, ao fazer as reivindicações de suas comunidades nas instituições nacionais, o índio deverá enfrentar situações comunicativas nas quais seu interlocutor estará numa posição de maior poder. Embora exista a possibilidade de que tal assimetria seja revertida em momentos da interação, a tendência é de que ela predomine ao longo do evento, colocando o interagente índio, de um modo geral, em situação de desvantagem conversacional. É evidente, então, que os cursos de português para representantes indígenas devem ter a preocupação de prepará-los para tal realidade comunicativa.

Com o intuito de poder subsidiar os profissionais responsáveis pelo planejamento de tais cursos procedi, em trabalho anterior (cf. Maher, 1990), à análise qualitativa de um evento comunicativo de cunho reivindicatório, ocorrido em âmbito institucional, e compreendendo quatro interagentes índios e um branco¹. O objetivo da análise foi tentar determinar os modos pelos quais a assimetria inerente ao evento se refletiu no comportamento discursivo dos interagentes e quais as suas consequências conversacionais. No que se segue descrevo e discuto alguns dos resultados desta pesquisa.

O CONTROLE NA/DA INTERAÇÃO

Em outubro de 1987, quatro lideranças de diferentes nações indígenas acreanas² foram a Brasília representando a União das Nações Indígenas/Acre para discutir, junto à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) questões de seu interesse.³ Uma reunião gravada em áudio (34 minutos) entre estes líderes indígenas (doravante L1, L2, L3 e L4) e uma representante da FUNAI (doravante RF) compõe o *corpus* pesquisado.

A análise preliminar do evento revelou que, embora a assimetria interacional se manifestasse de diversas maneiras⁴, o controle intera-

cional exercido pela funcionária da FUNAI foi um dos principais fatores determinantes da dificuldade das lideranças indígenas em atingir seus objetivos conversacionais.⁵ Este controle interacional se deu, sobretudo, no que se referiu à distribuição do turno, à seleção e manutenção do tópico e à compreensibilidade do discurso produzido.

a) O Controle do Turno e do Tópico

Sabemos que o interagente com maior poder sempre pode exercê-lo no e através do discurso de maneira explícita. O poder exercido às claras - "Cale a boca!" - é facilmente percebido como tal, até mesmo para falantes não nativos da língua em uso. Mais frequente, entretanto, e também mais problemático, é o uso **velado** de mecanismos de controle e dominação conversacional pois estes são mais eficientes, já que, devido precisamente à sua não-transparência, são mais difíceis de serem detectados e conseqüentemente questionados (cf. Fairclough, op. cit.). O confronto pode ser assim evitado, restringindo-se desta maneira o espaço discursivo para as eventuais formas de resistência pela linguagem. Com isto diminuem as chances do interagente com menor poder ter suas reivindicações ouvidas e atendidas, se estas forem contrárias aos interesses do seu interlocutor. Na interação aqui discutida, os interlocutores índios foram repetidamente "calados" de maneira velada, através do controle exercido por RF do que foi dito e de quem teve o direito de dizer. Por exemplo, embora os índios tenham introduzido 8 vezes o tópico - fato já esperado dado o caráter reivindicatório do encontro - todas as 6 mudanças de tópico ocorridas foram determinadas pela Representante da FUNAI.⁶ RF, além disto, teve o maior número de turnos⁷ e, num total de 76 ocorrências de falas sobrepostas, interrompeu seus interlocutores 51 vezes (67.1%). A soma das interrupções feitas pelos quatro interagentes índios foi 25 (32.9%). Embora estes números já demonstrem quem é quem neste evento, é preciso ir além de um mero levantamento estatístico, para melhor determinar as marcas e compreender os efeitos da assimetria nesta interação.

É bastante comum a tomada de turnos e a introdução e mudança de tópicos através de perguntas. Nesta interação chama atenção a diferença entre o modo como isto foi feito por RF e como foi feito pelos índios. Enquanto que

- . *"quanto dá?"*,⁸
- . *"quanto é que dá hoje?"*,
- . *"cadê a relação de medicamentos?"*

foram formas usadas por RF para interromper seus interlocutores ou para mudar o assunto, os interagentes índios fizeram o mesmo da seguinte maneira:

- . *"Éh...quando mais ou menos é que a gente podia:...tê uma respo::sta...de sim ou não?"*,
- . *"Doutora Bxxx... poderia dá um:...comprovante do que: foi repassado?"*,
- . *"Éh... eu:... você tereria as cópia?"*.

As pausas, as hesitações, o alongamento das vogais, o uso de modalizadores (*podia, poderia, tereria*)⁹, de marcador de abrandamento (*mais ou menos*), indicam ter RF sido considerada pelos líderes indígenas uma "entidade" a não ser questionada. Se, de todo, foi necessário fazê-lo, agiu-se com cautela, suavizando tal ato.¹⁰ Este comportamento dos índios, convém lembrar, é considerado "apropriado", inclusive por não ferir o "Princípio de Preservação das Auto-Imagens": suas perguntas não ameaçavam sua interlocutora. RF várias vezes ignorou este princípio, o que só lhe foi "permitido" dado o lugar privilegiado que ocupava na interação.¹¹

Se, como observado, os números relativos à tomada de turno e à mudança de tópico, assim como a estrutura formal utilizada para tanto, foram significativos nesta análise, o exame do funcionamento articulado destas duas categorias (turno/tópico) mostrou-se, também, revelador. A análise dos dados revelou que o controle do tópico esteve diretamente ligado ao controle do turno. As frequentes interrupções de RF impediram a formulação dos argumentos necessários à manutenção de muitos dos tópicos introduzidos pelos índios, contribuindo para o abandono dos mesmos. As interrupções de RF não apenas cercearam o direito do índio de manter o tópico e contribuir para o seu desenvolvimento, mas também objetivaram redirecionar a interação, quando o tópico em discussão não era conveniente. A análise do fragmento que se segue exemplifica a dificuldade que os líderes indígenas acreanos tiveram em manter o turno, i.e., em garantir o direito à palavra.

Já próximo ao fim do encontro um dos índios introduz a questão do reembolso das despesas feitas com a viagem até Brasília:

Fragmento 1

- T1 L4: [que eu gastei no.na minha
viagem... que é o dinheiro que nós... gastemo no
viagem...] éh:...
- T2 RF: [Nessa viagem prá vir prá cá?
- T3 L4: fo-foi...área::... até Rio Branco...
- T4 RF: (3.0) cê tá querendo dinheiro.é isso?
- T5 L4: dinheiro qu'êú:...qu'eu vô lá.né?... qu'eu gastô... com via-
gem...
- T6 RF: SÓ que isso aqui num é comigo.tá? você vai tê que conversá
com o presidente mermo... ((acelerando)) quem faz essa au-
torização de pagamento... prá.prá auxílio financeiro de via-
gem é o presidente.num é?
- T7 L4: um-hum
- T8 RF: tá:
- T9 L4: quando[que posso...
- T10 RF: [então cê (leva LÁ::)... prá [vê sè:...
- T11 L4: [quando:...
- T12 RF: [agora:: eu
tenho a impressão:: ((lentamente)) de que PELA forma CO-
MO você pede aqui.num dá pra atendê... ((acelerando)) por-
que aqui a gente SÓ pode soltá o dinheiro assim na mão...
quando é prá auxílio de viagem... então se dá... prá despesa
(IC) e sessenta por dia.né?... auxílio viagem.af dá prá pagá.
AGOrA aSSIM:... (IC) assim. acho que não...

- T13 L1: quando que...
- T14 RF: agora vamu vê se você consegue um auxílio de viagem... que aí eu te ajudo com esse dinheiro, né?
- T15 L1: e esse:...
- T16 L4: quando pode conseguir:... falá com o presidente?
- T17 RF: agora eu A::CHO que você pode vê isso aí através da DR... joga em algum projeto, alguma coisa desse gênero prá reclamá: o dinheiro de vocês... né?

É evidente a dificuldade que o líder indígena tem em manter o turno devido às interrupções da representante da FUNAI. A partir da introdução do tópico¹² e da informação dada por RF no T6, L4 tenta conseguir mais dados para viabilizar um encontro com o presidente da FUNAI. Esta tentativa, interrompida duas vezes por RF, só é bem sucedida cinco turnos depois. Os motivos por detrás das interrupções de RF parecem ser claros. Na verdade, quando ela diz

“SO que isso aqui um é comigo.tá? você vai tê que conversá com o presidente mermo... quem faz essa autorização de pagamento... prá.prá auxílio financeiro de viagem é o presidente.num é?”

esta é apenas uma estratégia de evasão da responsabilidade. Ao jogar o poder decisório para uma instância superior e ausente, ela se exime do dever de atuar. Minha interpretação é que a expectativa de RF era que, a partir de sua colocação, o líder indígena abandonasse o tópico. Mas isto não acontece, pois L4, não percebendo (ou não aceitando!) a intenção de RF, toma o que é dito como fornecimento de informações relevante e sai em busca de mais dados sobre o mesmo assunto. As interrupções subsequentes de RF são outras tentativas suas de controlar as contribuições de seu interlocutor: o importante é que ele não consiga fazer a pergunta indesejada. A primeira interrupção de RF (T10) segue a mesma linha argumentativa de sua fala anterior: ressarcimento de despesas não é com ela, é com o presidente. Na segunda (T12), dada a insistência de L4 em manter o tópico, RF procura ganhar tempo, o que é feito pelo alongamento das vogais (“ago:ra::: eu tenho a impressão:::”) e pela desaceleração da fala, de

modo a modificar sua estratégia. No T12 RF sugere que o procedimento de L4 não está de acordo com as exigências e é porisso que o ressarcimento de despesas não é possível. É interessante observar o uso da pronominalização neste turno:

*“ pela forma como você pede aqui, num dá prá atendê...
porque aqui a gente só pode soltá o dinheiro assim na mão...
quando é prá auxílio de viagem.”*

A utilização da primeira pessoa do plural minimiza a importância dada ao presidente no início do episódio e devolve à RF a autoridade para atuar. Agora ela também tem o poder para tanto, mas o que a impede de fazê-lo é apenas a incompetência do índio... Todos estes mecanismos usados nas interrupções para controlar a fala de L4 são ineficientes: L4 persiste em seus objetivos. Isto leva RF a mais uma interrupção

*“ agora vamu vê se você consegue¹³ um auxílio de viagem...
que aí eu te ajudo com esse dinheiro.né?”*

a partir da qual a responsabilidade de atuar passa a ser do próprio índio. Haverá ressarcimento de despesas se ele for competente em sua atuação: o sucesso da reivindicação depende dele... e o seu fracasso também. L4, no entanto, desconsidera mais uma vez a fala de sua interlocutora, e porisso consegue, finalmente, fazer a pergunta desejada no turno seguinte (T16).

A análise deste fragmento permite, entre outras coisas, observar o bom desempenho estratégico de L4 no que diz respeito ao direito de participação no tópico. Ignorando as contribuições de sua interlocutora, do mesmo modo que esta se julga no direito de ignorar as dele, L4 foi bem sucedido no seu intento. Mesmo que o resultado final deste episódio - um verdadeiro diálogo de surdos - não tenha sido favorável ao índio, dada a existência de outros mecanismos de dominação articulados ao controle do turno¹⁴, ainda assim é evidente que L4 se percebe como um sujeito com os mesmos direitos à palavra que sua interlocutora. Tal fato confirma a associação existente entre o desempenho estratégico discursivo do falante e o jogo de imagens por ele projetado (cf. Pecheaux, 1969). Considerando-se que L4, um velho líder Kampa, era o menos competente linguisticamente dos quatro interagentes índios, seu comportamento vem confirmar, também, a não-existência de uma relação direta entre competência lingüística e competência comunicativa.¹⁵

Na realidade o fragmento acima foi uma das poucas instâncias em que os interagentes índios resistiram ao controle do turno e do tópico.

Os poucos focos de resistência encontrados foram feitos através de tímidas tentativas de interrupção da fala de RF. Comentários metapragmáticos de resistência a tomada do turno (“Espere, eu ainda não terminei de fa-

lar”, “Deixe eu terminar de dizer isto primeiro”, “Você não está me deixando falar”) e à mudança de tópico (“Voltando aquele assunto...”, “É mas... como eu estava dizendo...”, “Tudo bem, mas você está mudando o assunto porque a gente estava falando de outra coisa, isto é,...”) não foram encontrados. Tais comentários tenderiam a se constituir em estratégias eficientes, pois trariam à tona a intenção do interlocutor e desnudariam a função dos mecanismos de controle interacional, anulando, então, a eficácia dos mesmos, já que esta reside justamente na sua obscuridade.

b) O Controle da Compreensibilidade

O controle da compreensão do que é dito permite ao interagente que o exerce regular o acesso a informações (cf. van Dijk, 1988:28), informações estas, muitas vezes, decisivas para a consecução dos objetivos de seus interlocutores.

Dados os determinantes sociolingüísticos desta situação comunicativa, as probabilidades de que os interagentes índios pudessem ter dificuldade de compreensão não eram pequenas. Além do português não ser sua língua materna, havia dois socioletos desta língua em uso.¹⁶ As evidências na fala de RF apontaram, não para um esforço de convergência na linguagem¹⁷, no sentido de minimizar a desvantagem social e interacional de seus interlocutores, mas para um comportamento no sentido inverso, ou seja, no sentido de marcar a diferença de *socios* e dificultar a compreensão.¹⁸ A velocidade da fala de RF foi, quase sempre, extremamente rápida, exigindo muita concentração até mesmo de falantes nativos, o que se dirá de não nativos. Mas não foi apenas desta maneira que a compreensão foi dificultada. A partir de um pedido de esclarecimento sobre a venda de madeira ilegalmente extraída de terras indígenas por uma companhia madeireira e confiscada pela Polícia Federal, RF diz:

Fragmento 2

T1 RF: é o Fxxxx ... ele foi agora de manhã... ((acelerando)) outra coisa que ele disse é o seguinte... QUE em relação ao problema da madeira.ele recebeu ontem... aquela autorização prá vê a licitação... ((desacelerando)) SO que tem um porém nessa estória toda... não vai sê uma coisa TAO simples quanto a gente tava imaginando...

T2 L1: uhm

Se não é tão simples resolver o problema da madeira, também não é nada simples entender o termo jurídico "licitação"... O repertório lexical de RF demonstra um descaso pelas prováveis dificuldades de entendimento de seus interlocutores Índios.¹⁹ É verdade que "licitação" define um procedimento legal razoavelmente complexo, porém, acredito, nada que não pudesse ser explicado a um leigo com palavras mais acessíveis, menos técnicas. Isto permitiria a parte interessada informar-se sobre o processo em andamento e acompanhá-lo mais de perto. Mas, também é verdade, isto sempre traz o risco de futuras intervenções ou cobranças indesejadas...

No fragmento que se segue, os líderes indígenas tentam conseguir de RF um comprovante de que, no dia anterior ao evento em questão, o presidente da FUNAI havia prometido oralmente a liberação de uma verba para o pagamento de dívida feita com a compra de medicamentos:

Fragmento 3

- T1 L1: doutora Bxxxx... éh... (IC)... poderia há um::...um comprovante do que: foi repassado.foi autorizado... esse valor de:... dois milhões de cruzados... prá:: prá pagá: a dívida[que... temos prá trás
- T2 RF: de débitos? olha.este déb...
quando é dinheiro de: de déb...de ADministração...
- T3 L1: u:hm
- T4 RF: (é usado uma folha) de pagamento... NUM SAI por aqui... SAI pela CCO...
- T5 L1: uhm
- T6 RF: aqui só entra o projeto de saúde que o Fxxxx (IC) tá?... então você vai tê que passá aqui na CCO... e pedi uma cópia do documento... que essa parte administrativa é com a CCO e a (IC)... tá? mas o resto continua...
- T7 L2: uhm

Se os líderes indígenas acreanos quiserem um comprovante de que a liberação da verba necessária já foi autorizada pelo presidente da FUNAI é só ir à CCO... Mas o que é CCO? Só aqueles muito familiarizados

com a estrutura organizacional da FUNAI saberiam que este termo designa sua Coordenadoria de Controle Orçamentário. O discurso de RF é pontuado pelo uso de inúmeras siglas, parte de um jargão institucio-

nal de difícil compreensão para o leigo em geral. Hamel (1984: 64) afirma: *"Em termos gerais, pode-se dizer que a maioria dos problemas de comunicação (ou melhor dito, de incomunicação) entre as instituições e a sociedade civil reside na particularização dos problemas por elas abarcados e na conseqüente especialização de seus funcionários. Criam-se línguas altamente técnicas que dificultam a comunicação com o 'exterior' e que permitem aos seus representantes acumularem um 'capital simbólico' e desenvolverem técnicas retóricas superiores, o que contribui para a reprodução da dominação."*

Além da velocidade de fala e da utilização de um léxico complexo e de jargões, a análise dos dados revelou que também a ausência de explicações voluntárias e o não-fornecimento de oportunidades para a manifestação de possíveis problemas de compreensão se constituíram, nesta interação, em mecanismos pelos quais o interagente em situação de maior poder garantiu o controle da compreensibilidade e, portanto, do acesso a informações referentes aos assuntos discutidos. Estratégias de resistência ao controle da compreensão do dito resumiram-se a um único caso de repetição, em tom ascendente, do termo problemático.

CONCLUSÃO

Espero ter demonstrado como a assimetria inerente ao evento focalizado neste trabalho se refletiu no comportamento dos interagentes, afetando a interação. A interagente em posição privilegiada manteve um maior controle de quem pôde dizer o quê, além de ter controlado em muito a compreensibilidade de sua fala por seus interlocutores. Os poucos focos de resistência a este controle oferecidos pelos líderes indígenas não foram suficientes para anular os efeitos deste. Não só eles não tiveram acesso a informações pertinentes, como não puderam expor muitos de seus argumentos, o que contribuiu, várias vezes, para o abandono de suas reivindicações. Sendo assim, é possível afirmar que a capacidade de fazer frente ao controle da compreensão, do turno e do tópico podem ser fatores importantes, embora não únicos para a existência de condições mais favoráveis à consecução dos objetivos dos falantes em posição subalterna nas interações de caráter reivindicatório. A promoção do desenvolvimento de tal capacidade deve, portanto, ser contemplada no ensino de português para lideranças indígenas, se quisermos fazer deste uma prática efetivamente emancipatória.

NOTAS

1. Agradeço a Ana Suely A.C. Cabral e Stella Maris Bortoni terem possibilitado o acesso a estes dados.
2. Kampa, Kulina, Xaxinawá e Jamináwa.
3. Esta ida à Brasília se fez necessária dada a ausência de respostas por parte da FUNAI/AC e da FUNAI/AM às dúvidas e cobranças dos grupos indígenas do Acre. Tal fato - reflexo da política atual de descentralização da FUNAI, a qual, favorece a distância entre os índios e o poder decisório - obrigou as lideranças indígenas acreanas a se locomover até a Capital Federal para fazer suas reivindicações, uma vez que é lá que as decisões continuam sendo efetivamente tomadas (cf. Cabral, 1987: 13).
4. Poderia citar, como exemplo, as formas de tratamento utilizadas. Enquanto os índios se dirigem a sua interlocutora por "Doutora Bxxxx", esta os trata apenas por "você", marcando assim a distância social que os separa.
5. Como material auxiliar de apoio para a análise dos dados duas gravações dos líderes indígenas interagindo entre si foram utilizadas. Na primeira delas, os índios, minutos antes de serem admitidos na sala de RF, planejam, entusiasmadamente, a pauta da reunião, discutindo quais reivindicações devem ser priorizadas. Na segunda, algumas horas depois, falam sobre suas frustrações em relação ao desenrolar do evento, sem, no entanto, conseguir precisar os motivos da sensação de insucesso.
6. Neste trabalho utilizo a expressão **Introdução de Tópico** para me referir ao estabelecimento de um novo tópico, a partir do término do anterior. **Mudança de Tópico**, por outro lado, designa uma interrupção ou quebra do tópico precedente.
7. RF ocupa 135 turnos, enquanto que a soma dos turnos ocupados por L1, L2, L3 e L4 é 129. É importante observar que as produções do ouvinte orientadoras da fala de seu interlocutor (*back-channel devices*), i.e., "uhm", "um-hum", "eh:", "se:i", "tá:" foram consideradas turnos na transcrição da interação. Sendo assim, é relevante para a constatação da assimetria o fato de 25 dos 129 turnos ocupados pelos índios serem desta natureza, ou seja, "falsos turnos". Em contrapartida, apenas 6 dos turnos de RF são não-tópicos.
8. Na transcrição dos dados observei as seguintes convenções:
 - T = turno
 - () = seqüência de difícil compreensão
 - (IC) = seqüência incompreensível
 - (()) = comentários do transcritor
 - . = micropausa
 - ... = pausa de até um segundo e meio
 - (1.8) = pausa de mais de um segundo e meio
 - [= falas sobrepostas

- : = alongamento ou repetição de fonemas
- MAIÚSCULAS = entoação fática
- MAIÚSCULAS = siglas
- MAIÚSCULAxxxx = nome de pessoa

9. São várias as interpretações possíveis deste "tereria". Alguns o considerariam um erro gramatical, outros uma manifestação da fase de interlíngua do falante. Poderia-se pensar, também, em uma hipercorreção da forma. Cavalcanti (comunicação pessoal), entretanto, a interpreta como um hiperabrandamento do modalizador: "teria" não é suficiente, é preciso mais, daí o "tereria". O que antecede o uso deste verbo parece confirmar esta última explicação. O falante muito provavelmente ia dizer "eu quero ver as cópias" ou algo semelhante. A posição de maior poder de sua interlocutora, no entanto, parece tê-lo levado a mudar a forma e a força ilocucionária do enunciado.
10. Kress e Fowler (1979: 68) descrevem este fenômeno como "*the embarrassment of the powerless challenging the powerful*".
11. A interação verbal representa sempre uma ameaça potencial a auto-imagem dos interagentes. Brown e Levinson (1978) postularam um princípio que reza que todo falante faz uso de estratégias visando preservar sua própria imagem e a do interlocutor, minimizando, assim, os riscos intrínsecos da conversação. Os dados aqui analisados engrossam as evidências da relatividade deste conceito.
12. Na introdução deste tópico, evidencia-se o desrespeito de RF pelo "Princípio de Preservação das Auto-Imagens". A sua pergunta no T5 (" *cé tá querendo dinheiro. é isso?* ") impede que seu interlocutor se refugie no terreno confortável da ambiguidade conversacional e o deixa acuado quanto a escolha da resposta. Se ele diz "não", isto contraria seus interesses. Se ele diz "sim", isto o coloca na posição embaraçosa de índio-pedinte. Faz parte da estratégia do poder, não só calar o outro, mas obrigá-lo a dizer o que não quer (cf. Orlandi, 1987: 263). L4 quer dinheiro, sim, mas não é qualquer dinheiro, é ressarcimento de despesas, o que é muito diferente. A competência lingüística do líder indígena não é suficiente para que ele utilize estes termos, o que permite a RF "reinterpretar" o enunciado de seu interlocutor, colocando-o em seus próprios termos. A reformulação do enunciado produzido pelo falante em posição subalterna, enquanto estratégia discursiva típica do interagente com maior poder, está descrita em Thomas, 1983 e 1985. A função restritiva das perguntas fechadas (sim ou não) pode ser encontrada em Fowler et al., 1979: 67.
13. Nota-se aqui em operação o uso ideológico do léxico, a que se refere J. Mey (op. cit.). Este autor atenta para o fato de que as diferentes maneiras de se utilizar o léxico de uma língua são determinadas pela formação ideológica do falante (este fenômeno é denominado "*relexicalização*" por Fowler e Kress, op. cit.) Um auxílio-viagem é fornecido ou conseguido dependendo dos interesses de quem fala.
14. Se por um lado, L4 ganha, neste fragmento, a batalha relativa ao direito a palavra, ele perde a guerra no final. RF não responde sua pergunta e desloca a res-

ponsabilidade para outra entidade ausente, desta feita o Distrito Regional da FUNAI. Cinco turnos depois, RF dá por encerrada a discussão sobre o ressarcimento de despesas, referindo-se a impropriedade de se fazer uma viagem a Brasília sem a autorização prévia da FUNAI.

15. Neste trabalho, o termo **competência comunicativa** se refere a habilidade do falante de se comportar discursivamente de modo apropriado, tendo em vista seus objetivos conversacionais, e não normas socialmente estabelecidas de comportamento.
16. Bortoni, em trabalho publicado em 1984, fornece inúmeras evidências da existência, freqüentemente ignorada, quando não negada, de barreiras de comunicação em situações interdialetais.
17. A convergência na linguagem, isto é, o conjunto de estratégias através das quais os falantes procuram minimizar as diferenças em sua fala, e parte de um processo de acomodação (Giles e Powesland, 1975 apud Havertake, 1983 e Bortoni, 1984). Esta acomodação é considerada uma forma de comportamento regular, natural, servindo os comportamentos não-acomodativos a fins específicos.
18. É importante lembrar que o excesso de convergência por parte do falante nativo, i.e., a hipersimplificação de sua fala, pode, também, servir para assinalar sua superioridade em relação ao interlocutor (cf. van Dijk, op. cit.: 39).
19. O levantamento do léxico utilizado por RF revela termos como "*agilissasse*", "*contemplado*", "*nota orçamentária*", "*declaração de solicitação*", "*reivindicação*" ... Se a intenção fosse facilitar o entendimento outras palavras, muito provavelmente, teriam sido as escolhidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORTONI-RICARDO, S.M. "Problemas de Comunicação Interdialetoal" in *Revista Tempo Brasileiro*, 78/79, pág. 9-32, 1984.
- BROWN, P. e LEVINSON, S. "Universals in Language Usage: Politeness Phenomena" in E.N. Godoy, ed., *Questions and Politeness*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- CABRAL, A.N. Relatório Preliminar de Pesquisa, 1987 (mimeo).
- CLARK, R., FAIRCLOUGH, N., IVANIC, R. e MARTIN-JONES, M. "Critical Language Awareness" in *CLSL Working Papers 1*, University of Lancaster, 1987.
- FAIRCLOUGH, N. "Critical and Descriptive Goals in Discourse Analysis." in *Journal of Pragmatics*, 9: 739-763, 1985.

- . "Linguistic and Social Change, and Consequences for Language Education" in *CLSL Working Papers 2*, University of Lancaster, 1988.
- . *Language and Power*. Londres: Longman, 1988.
- FOWLER, R. e KRESS, G. "Critical Linguistics" in R. Fowler, B. Hodge, G. Kress e T. Trew, eds., *Language and Control*. London: Routledge & Kegan Paul, 1979.
- HAMEL, R.H. "Análisis Conversacional" in *Estudios de Linguística Aplicada*, ano 2, num. 3. Mexico: CELE, UNAM, 1984.
- HAVERKATE, H. "Strategies in Linguistic Action" in *Journal of Pragmatics*, 7: 637-656, 1983.
- KRESS, G. e FOWLER, R. "Interviews" in R. Fowler, B. Hodge, G. Kress e T. Trew, eds., *Language and Control*. London: Routledge & Kegan Paul, 1979.
- LOPEZ, L.E. "Algunas Consideraciones Sociolingüísticas para la Determinación de un Currículo de Educación Bilingüe". Universidade Nacional del Altiplano, Puno, Peru, 1986. (mimeo)
- LOVEDAY, L. *The Sociolinguistics of Learning and Using a Non-Native Language*. Oxford: Pergamon Press Ltd., 1982.
- MAHER, T.M. "Já Que é Preciso Falar Com os Doutores de Brasília... Subsídios para o Planejamento de um Curso de Português Oral em Contexto Indígena." Dissertação de Mestrado. DLA-IEL-UNICAMP, 1990. (mimeo)
- MEY, J. *Whose Language? A Study in Linguistic Pragmatic*. Amsterdam/Philadelphia, 1985.
- OLIVEIRA, R.C. *A Crise do Indigenismo*. Campinas, S.P.: Editora da UNICAMP, 1988.
- ORLANDI, E.P. *A Linguagem e seu Funcionamento: As Formas do Discurso*. Campinas, S.P.: Pontes, 1987.
- PECHÉUX, M. *Analyse Automatique du Discours*. Paris, Dunod, 1969.
- RODRIGUES, A.D.I. *Línguas Brasileiras*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.
- THOMAS, J. "Cross-Cultural Discourse as 'Unequal Encounter': Towards a Pragmatic Analysis." in *Applied Linguistics*, vol. 5, 3: 226-235, 1983.
- . "The Language of Power: Towards a Dynamic Pragmatics" in *Journal of Pragmatics*, vol. 9, 6: 775-783, 1985.
- van DIJK, T.A. "Discourse and Power", 1988. (no prelo).